



## Resenha do artigo intitulado “Ensino de empreendedorismo para crianças e adolescentes vulneráveis”

Review about the article entitled “Entrepreneurship teaching for children and vulnerable teenagers”

**Joelma Aparecida Leite<sup>1</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-8717-3806>

 <http://lattes.cnpq.br/2775082105984035>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: joelmaleiteadm@gmail.com

### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Ensino de empreendedorismo para crianças e adolescentes vulneráveis”. Este artigo é de autoria de: Alessandro Aveni. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no Vol. 1, edição n. 1, p. 49-64, jan.-jul., 2019.

**Palavras-chave:** Crianças. Empreendedorismo. Tecnologia Social. Vulnerabilidade.

### Abstract

*This is a review about the article entitled “Entrepreneurship teaching for children and vulnerable teenagers”. It was written by Alessandro Aveni. It was published by Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Vol. 1, edition n. 1, p. 49-64, jan.-jul., 2019.*

**Keywords:** Children. Entrepreneurship. Social Technology. Vulnerability.

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Ensino de empreendedorismo para crianças e adolescentes vulneráveis”. Este artigo é de autoria de: Alessandro Aveni. Foi publicado na periódica “Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social”, no Vol. 1, edição n. 1, p. 49-64, jan.-jul., 2019.

Quanto ao autor deste artigo, é interessante conhecer um pouco do que compõe seu currículo. Muito do que agrega a experiência ou a formação de um autor colabora para a reflexão dos temas aos escreve.

O trabalho tem como autor o Dr. Alessandro Aveni. É Graduado em Administração; Mestre em Geografia; Doutor em Administração e em Ciências Políticas. Link currículo lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0679425851663633>>. Link currículo Orcid: <<https://orcid.org/0000-0001-6266-6818>>.

Esta obra se subdivide nos capítulos denominados: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, resumen, palabras clave, introdução, referencial teórico, empreendedorismo para população vulnerável, metodologia, práticas de ensino para crianças e adolescentes no Brasil, discussão, conclusões, referências.

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

A obra mostra a análise de propostas brasileiras quanto ao ensino do empreendedorismo adolescentes e crianças. O objetivo do trabalho foi analisar as propostas por um olhar prático de sua viabilidade na população vulnerável. O resultado da pesquisa demonstra diversos avanços nas práticas, mesmo que com limitações. Em relação aos setores de baixa renda, não foi encontrada uma proposta específica. O artigo avançou com a verificação das práticas de organizações realizadas no terceiro setor, que resultam em práticas viáveis. Todavia, o foco das propostas precisa se relacionar com o empreendedorismo familiar, para formalizar os empreendimentos.

O tema central deste trabalho é "Ensino de empreendedorismo para crianças e adolescentes vulneráveis". O problema discutido foi a necessidade que as empresas têm de adquirir profissionais para atuar em um cenário desafiador e imprevisível, e que isso deve partir da educação. A obra surgiu pela hipótese de que não existe uma metodologia de ensino que possa ser utilizada em organizações que tenham como objetivo o impacto social e educacional, direcionada para adolescentes e crianças vulneráveis,

O objetivo geral foi averiguar as propostas brasileiras quanto ao ensino de empreendedorismo para a população de baixa renda. Os específicos foram comparar as diversas iniciativas desse ensino para todas as idades e que são direcionadas para o empreendedorismo social, visando a inclusão dos vulneráveis.

O tema da pesquisa se justifica para a ciência, para os operadores do Direito, e para a sociedade devido ao fato de que na literatura acadêmica há uma lacuna de propostas segmentadas para o empreendedorismo no caráter social. Ou seja, há a necessidade que as organizações incentivem esse estudo para a economia solidária e para o terceiro setor.

A metodologia do artigo se solidificou na análise de um referencial teórico, de forma bibliográfica e documental. Os passos da pesquisa consistiram na análise dos principais métodos utilizados no Brasil para os adolescentes e as crianças, analisando os dados do SEBRAE, e, posteriormente, na conferência das práticas quanto à vulnerabilidade.

No primeiro capítulo, o autor explicita que, no Brasil, o incentivo ao empreendedorismo se iniciou nos anos 90. Conforme a escola voltada para o estudo do comportamento dos empreendedores, o empreendedor não deveria planejar os negócios somente com aspectos específicos e técnicos. Para ele, ensinar o empreendedorismo consiste em trabalhar atitudes, não só o conhecimento, é uma educação que vai além dos negócios e foca na ação social. Ademais, deve focar no entendimento e na identificação das habilidades empreendedoras. Para elucidar o pensamento, Aveni apresenta o plano de ensino proposto no Estado de Quebec/Canadá, em que três fatores são necessários: práticas de ensino relacionadas com problemas reais, pesquisas que proporcionem o entendimento dos alunos acerca de realidades mutáveis, e atividades que aproximem empreendedores e alunos. Ou seja, o ensino do empreendedorismo precisa ser ativo ao conhecimento. Dr. Aveni apresenta que Neck, Greene e Brush (2014) propuseram uma metodologia qualitativa e experimental para avaliar o ensino do empreendedorismo. Nessa metodologia, o aluno precisa utilizar um método ativo para introduzir os discentes e incentivá-los a elaborarem novas soluções. Em um segundo plano, seria utilizada a empatia. Nessa metodologia é fundamental a criatividade para o negócio e a experimentação, levando os alunos a analisarem seus acertos e erros.

No Brasil, lugar em que o desenvolvimento econômico não é totalmente formal, o subdesenvolvimento coexiste com setores atrasados. O texto apresenta o terceiro

setor como uma ideia de categoria residual, sendo, por natureza, impróprio a se definir unicamente. Especificamente, o termo “terceiro setor” é utilizado para remediar a cooperativas, fundações e clubes desportivos. Pode ser classificado como um tipo de processo de comunicação ou interação entre diferentes setores. Infere-se do trabalho que diversos países excluíram os elementos da economia social do terceiro setor. Para elucidar melhor, o trabalho aponta a Lei n. 9.790 (BRASIL, 1990), como um dispositivo que regulamenta as pessoas jurídicas de direito privado que não possuem fins lucrativos, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Sucessivamente, a Lei n. 13.019 (BRASIL, 2014), regulou o repasse dos recursos públicos para as OSCIPs. O autor critica, evidentemente, que na maioria dos cursos de administração, a educação empreendedora direcionada para as pessoas vulneráveis, ainda é ensinado a visão do capitalismo. Propositivamente, o artigo demonstra que as pessoas vulneráveis são de baixa renda, e, muitas das vezes, não conseguem desenvolver empresas como organizações formais, principalmente pela falta de capital.

Dr Aveni, de forma clara, apresenta o trabalho como documental e bibliográfico, levantando bibliografias publicadas, como revistas e livros, além de materiais que serviram como arcabouço para a pesquisa. O autor separou os passos da pesquisa em duas etapas, primeiramente avaliando os principais métodos para ensinar os adolescentes e as crianças, e posteriormente inferindo se essas práticas são direcionadas para a vulnerabilidade.

O trabalho ressalta que o Instituto Fazendo Acontecer, desenvolvido por José Dornelas, incentiva o empreendedorismo entre os menores de 18 anos por meio de oficinas extracurriculares. As oficinas proporcionam a aquisição de competências empreendedoras. Para mais, a primeira metodologia do Instituto é pontual, em que ocorre somente um encontro do grupo para resolverem o desafio determinado. A segunda é o “modo campanha”, em que 5 encontros serão realizados subsequentemente, e em cada um deles o *briefing* do desafio será apresentado. O maior objetivo do Instituto é a otimização do tempo, do planejamento e dos recursos. Ademais, ao final de cada capítulo, os alunos são premiados de acordo com as habilidades apresentadas. O texto destaca também o autor Dolabela (2003), pois ele afirma que o empreendedor deve descobrir quais meios são adequados para alcançar o que deseja. Como terceiro exemplo, o artigo traz à baila a educação do SEBRAE, concentrada no Programa Nacional de Educação Empreendedora. Neste programa são atendidos estudantes matriculados na educação superior, básica, ou em cursos da educação profissional. O objetivo maior do SEBRAE é contribuir para a edificação dos perfis de estudantes capacitados para o empreendedorismo.

A discussão da obra apontou que todas as metodologias dispostas no trabalho são abrangentes, e que o SEBRAE aparenta ser o mais completo, tendo em vista que se propaga em torno ao Centro de Referência de Educação Empreendedora. Entretanto, o Dr. Aveni sobreleva que tem um elemento frágil, tendo em vista que ao abranger todos os segmentos e clientes, acaba por não diferenciar pequeno, micro e médio empreendedor. Ademais, para ele, a prática deve ser organizada pela instituição de ensino que irá adotar o modelo, sendo que este não clarifica a relação entre empreendedor e profissional. Para o autor, há, de certa forma, uma ausência de foco, pois as escolas não oferecem somente o ensino para os indivíduos vulneráveis, ou seja, o tipo de empreendedorismo ensinado poderá não abarcar esses sujeitos. O maior problema para ele é que não há recurso econômico suficiente para que o setor eleve as faixas de renda baixa até a alta.

No capítulo das conclusões, os resultados são apresentados como a crescente oferta dos cursos voltados para o empreendedorismo abrangendo todas as classes sociais e de idade. Quanto ao empreendedorismo social, o Dr. Aveni considerou que os setores vulneráveis, o terceiro setor, e outros institutos voltados para a inclusão, não oferecem propostas de gestão e soluções claras. Por fim, ele conclui que no Brasil há uma falta de metodologias para ensinar as populações vulneráveis.

## Referências

AVENI, Alessandro. Ensino de empreendedorismo para crianças e adolescentes vulneráveis. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**. Vol. 1, edição n. 1, p. 49-64, jan.-jul., 2019. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/160>>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.790**, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.1019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração; em termos de fomento ou em acordos de cooperação, define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Redação dada pela Lei n. 13.204, de 2015). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 21 out. 2022.

DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura, 2003.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

NECK, H. M.; BRUSH, C. G.; GREENE, P. G.. ***Teaching Entrepreneurship: A Practice-Based Approach***. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.